Demonstrações financeiras

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8
Demonstração dos fluxos de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Shape the future with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**16.724**	14.252
Contas a receber	**5**	**2.896**	2.217
Impostos e contribuição a recuperar		**138**	107
Despesas antecipadas		**203**	52
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	**6**	**-**	149
Adiantamentos a fornecedores		**-**	279
		19.961	17.056
Não circulante			
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	**6**	**2.433**	2.241
Imobilizado	**7**	**206.614**	216.724
Ativo de direito de uso	**8**	**3.495**	3.612
		212.542	222.577
Total do ativo		**232.503**	239.633

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	**9**	**7.194**	7.393
Empréstimos e financiamentos	**10**	**2.368**	7.562
Impostos e contribuições a recolher		**1.259**	1.187
Arrendamento	**8**	**32**	358
		10.852	16.500
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	**10**	**78.512**	73.550
Arrendamento	**8**	**4.151**	3.911
Provisão para desmobilização	**11**	**1.838**	1.691
		80.991	79.152
Patrimônio líquido			
Capital social	**13**	**141.500**	145.000
Prejuízos acumulados	**13**	**(4.350)**	(1.019)
Total do patrimônio líquido		**137.150**	143.981
Total do passivo e do patrimônio líquido		**232.513**	239.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	**14**	**24.321**	19.984
Custo de geração de energia	**15**	**(19.130)**	(15.500)
Lucro bruto		**5.191**	4.484
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	**15**	**(514)**	(315)
Outras receitas (despesas) operacionais		**(1)**	(473)
		(515)	(788)
Lucro / Prejuizo operacional antes do resultado financeiro		**4.676**	3.696
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	**16**	**1.911**	2.471
Despesas financeiras	**16**	**(8.523)**	(5.572)
		(6.612)	(3.101)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(1.936)**	595
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	**17**	**(1.395)**	(1.446)
		(1.395)	(1.446)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(3.331)**	(851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Prejuizo do exercício	**(3.331)**	(851)
Total de resultados abrangentes do exercício	**(3.331)**	(851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022		145.000	(168)	144.832
Prejuízo do exercício		-	(851)	(851)
Em 31 de dezembro de 2023		**145.000**	**(1.019)**	**143.981**
Redução de capital	**13.a**	**(3.500)**	**-**	**(3.500)**
Prejuízo do exercício		**-**	**(3.331)**	**(3.331)**
Em 31 de dezembro de 2024		**141.500**	**(4.350)**	**137.150**

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(1.936)**	595
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de arrendamento	**8**	**107**	152
Depreciação de imobilizado	**7**	**10.810**	8.108
Encargos financeiros	**10**	**7.308**	4.600
Atualização de provisão para desmobilização	**11**	**147**	102
Juros sobre arrendamento	**8**	**296**	307
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		**(679)**	(2.217)
Despesa antecipada		**(151)**	(52)
Imposto e contribuições a recuperar		**(31)**	(101)
Adiantamentos ao fornecedores		**279**	
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		**(199)**	(43.121)
Impostos e contribuições a recolher		**217**	42
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	**10**	**(5.793)**	-
(-) Pagamento do imposto de renda e da contribuição social		**(1.392)**	(733)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**8.983**	(32.318)
Atividades de investimento			
Depósitos vinculados e valores restituíveis		**(192)**	(1.662)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	**7**	**(700)**	(16.475)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(892)**	(18.137)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	**10**	**-**	48.749
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	**10**	**(1.747)**	-
Pagamento de arrendamento	**8**	**(372)**	(358)
Redução de capital	**13**	**(3.500)**	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**(5.619)**	48.391
Aumento líquido (redução líquida) do saldo de caixa e equivalente de caixa		**2.472**	(2.064)
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro de 2024		**14.252**	16.316
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2024		**16.724**	14.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A. ("Juba XIX" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada em Janaúba, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-122, número S/N, Parte 21, bair-ro/distrito de Algodões, CEP 39.477-654, que tem por objeto: a) a implantação e a exploração da Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba 19; b) a produção e comercialização da potência e da energia gerada pela UFV; c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõe a UFV; e d) comercialização de créditos de carbono.

A Sociedade foi constituída em 10 de junho de 2020, e atualmente é controlada diretamente pela Janaúba Holding S.A. e indiretamente pela Rio Casca Energética S.A.

UFV	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Janaúba 19	50	8465/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG

Em 27 de julho de 2020, a potência instalada da UFV Janaúba 19 foi alterada de 49.110 kW para 50.000 kW, através do Despacho nº 2203/2020.

No dia 13 de outubro de 2020, a autorização referente à Central Geradora Fotovoltaica Janaúba 19 foi transferida da Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. para Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A., através da Resolução Autorizativa nº 9309/2020.

Em 19 de abril de 2021, foi publicado o Despacho nº 1.030, a fim de registrar a alteração da razão social na Resolução Autorizativa da UFV Janaúba 19, que passou a ser Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Em 03 de outubro de 2022, foi publicado o Despacho nº 2.832, que aprova a alteração de características técnicas da UFV Janaúba 19.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

	Datas do contrato	
Cliente	Início	Vencimento
Comercializadora de energia	01/03/2023	28/02/2043

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1.1. Continuidade operacional

A Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 30 de maio 2025.

2.2. Declaração de relevância

A diretoria da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 8);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Provisão para desmobilização de ativos (nota 11); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 12).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

3. **Políticas contábeis materiais**–Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**–Continuação

i) Ativos financeiros–Continuação

a) Reconhecimento inicial e mensuração–Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados (caixa restrito), contas de ressarcimento de energia a receber, partes relacionadas, entre outros.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

3. **Políticas contábeis materiais**–Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**–Continuação

i) Ativos financeiros–Continuação

c) *Classificação e mensuração*–Continuação

Custo amortizado–Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas, estoques e empréstimos a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A diretoria da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3. **Políticas contábeis materiais**–Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**–Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar e arrendamento.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

3. **Políticas contábeis materiais**–Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**–Continuação

ii) Passivos financeiros–Continuação

b) *Mensuração subsequente*–Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3. **Políticas contábeis materiais**–Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**–Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting).*

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 7 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 7.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

3. **Políticas contábeis materiais**–Continuação

3.5 **Imobilizado**–Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

3. **Políticas contábeis materiais**–Continuação

3.7 **Provisões**–Continuação

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

(b) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização/desmantelamento de ativos do parque solar considera que a entidade assumiu obrigação de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde está instalado. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A diretoria periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

3. **Políticas contábeis materiais**–Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3. Políticas contábeis materiais–Continuação

3.9 Arrendamentos–Continuação

Passivos de arrendamento–Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3. Políticas contábeis materiais–Continuação

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato comas distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3. Políticas contábeis materiais–Continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	**276**	1.931
Aplicações financeiras	**16.448**	12.321
Total	**16.724**	14.252

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	**47**	
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	**15.323**	**12.321**
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	**1.078**	**-**
			16.448	**12.321**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa.

5. Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber	**279**	199
Venda de energia – MRE/CCEE	**6**	-
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 18)	**2.611**	2.018
	2.896	2.217

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue

	2024	2023
Saldo a vencer	**2.811**	2.217
Saldo vencido de 121 a 180 dias	**85**	-
Total	**2.896**	2.217

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

6. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Bradesco S.A.	Conta Corrente (Curto prazo)	CDI	**-**	149
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Fundos (Longo prazo)	DI	**2.433**	2.241
			2.433	2.390

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Nordeste do Brasil S.A..

7. Imobilizado

	Máquinas e Equipamentos	Provisão para Desmobilização	Estoque de Ativo Fixo	Bens em andamento	Total
31 de dezembro de 2022	-	-	-	205.321	205.321
Adições	-	1.589	-	16.475	18.064
Adições por capitalização de juros	-	-	-	1.447	1.447
Transferências	223.243	-	-	(223.243)	-
31 de dezembro de 2023	**223.243**	**1.589**	**-**	**-**	**224.832**
Adições	**-**	**-**	**29**	**671**	**700**
31 de dezembro de 2024	**223.243**	**1.589**	**29**	**671**	**225.532**
31 de dezembro de 2022	-	-	**-**	-	-
Adições de depreciação	(8.070)	(38)	-	-	(8.108)
31 de dezembro de 2023	**(8.070)**	**(38)**	**-**	**-**	**(8.108)**
Adições de depreciação	**(10.760)**	**(50)**	**-**	**-**	**(10.810)**
31 de dezembro de 2024	**(18.830)**	**(88)**	**-**	**-**	**(18.918)**
Total em 31 de dezembro de 2023	**215.173**	**1.551**	**-**	**-**	**216.724**
Total em 31 de dezembro de 2024	**204.413**	**1.501**	**29**	**671**	**206.614**

7. **Imobilizado**--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	Vida útil
Máquinas, equipamentos e instalações	**10 a 40 anos**

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC n° 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

8. Ativo de direito de uso e arrendamento

A composição do ativo de direito de uso é a seguinte:

	Terrenos
Custo	
31 de dezembro de 2022	5.357
Baixas	(1.314)
31 de dezembro de 2023	**4.043**
Adições	**(10)**
Baixas	**-**
31 de dezembro de 2024	**4.033**
Depreciação	
31 de dezembro de 2022	(279)
Adições de depreciação	(152)
31 de dezembro de 2023	**(431)**
Adições de depreciação	**(107)**
31 de dezembro de 2024	**(538)**
Total em 31 de dezembro de 2023	**3.612**
Total em 31 de dezembro de 2024	**3.495**

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados pela outorga, maio de 2046.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento são como segue:

	2024	2023
Valor nominal dos pagamentos futuros	**10.789**	11.171
Ajuste a valor presente	**(6.606)**	(6.902)
	4.183	4.269
Passivo circulante	**32**	358
Passivo não circulante	**4.151**	3.911

8. Ativo de direito de uso e arrendamento—Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	**4.269**	5.528
Baixas	**(10)**	(1.314)
Pagamento	**(372)**	(358)
Juros sobre arrendamentos (Nota 18)	**296**	307
Juros sobre arrendamento capitalizados (Nota 7)	**-**	106
Saldo final	**4.183**	4.269

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Os pagamentos são reajustados usando como indexador o IGP-M conforme data base de cada contrato, para o último período de reajuste o índice sofreu uma redução média de 6,5% em relação ao período de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	
2026	**129**
2027	**129**
2028	**129**
A partir de 2028	**4.151**
	3.764

9. Contas a pagar

	2024	2023
Compra de energia – MRE/CCEE	**4.949**	7.322
Fornecedores	**1.573**	7.322
Contas a pagar - Partes relacionadas (Nota ??)	**673**	71
Total	**7.194**	7.393

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2024		2023	
Credores	**Encargos**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Em moeda nacional					
BNB	IPCA + 5,04% a.a	**2.368**	**78.512**	**7.562**	**73.550**
Total		**2.368**	**78.512**	**7.562**	**73.550**

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S/A – ("BNB"), ao custo de IPCA + 5,0441% a.a., tendo o vencimento previsto da última parcela para fevereiro de 2045. O pagamento das parcelas, que englobam principal e juros, é feito mensalmente.

Conforme previsto no contrato de financiamento, para garantir o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desse financiamento foi contratado fiança bancária, em adição às contas reservas do serviço da dívida, equivalente a 2,74% do montante total já desembolsado. Não há *covenants* financeiros previstos nesse contrato, porém outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas.

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2024	2023
Saldo inicial	**81.112**	26.422
Captação	**-**	48.749
Juros provisionados (Nota 16)	**7.308**	4.600
Juros capitalizados (Nota 7)	**-**	1.341
Amortização - principal	**(1.747)**	-
Pagamento - juros	**(5.793)**	-
Saldo final	**80.880**	81.112

11. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque solar possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente pela taxa de desconto de 8,28% e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques solares, conforme estudo do mercado de energia solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	**2024**	**2023**
Saldo inicial	**1.691**	**-**
Adição	**-**	1.589
Atualização (Nota 16)	**147**	102
Saldo final	**1.838**	1.691

12. Provisão para contingências

Em relação às Controladas, em 31 de dezembro de 2024, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Ainda em relação às Controladas diretas e indiretas, segue abaixo o resumo por natureza, dos processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	2024	**2023**
Processos administrativos tributários	**6**	-
Processos administrativos regulatórios	**347**	-
Total	**353**	-

Abaixo os principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

Processos administrativos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R$6 (R$0 em 31 de dezembro de 2023).

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024, existe um auto de infração regulatório classificado como perda possível, no montante de R$347 (R$0 em 31 de dezembro de 2023).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 141.500 (em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 145.000), dividido em 32.222.222 (trinta e dois milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e dois) ações, sendo 16.111.111 (dezesseis milhões, cento e onze mil, e cento e onze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de R$ 0,98 (um real), e 16.111.111 (dezesseis milhões, cento e onze mil, e cento e onze) ações preferenciais, nominativas, com valor de R$7,81 (oito reais) cada.

Em 25 de janeiro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R$3.500, com a sem o cancelamento de ações.

b) Prejuízo acumulado

A Lei n° 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de "prejuízos acumulados" e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício social de 2023 e 2022 não houve distribuição de dividendos aos acionistas referentes ao exercício tendo em vista a inexistência de lucros apurados neste período.

14. Receita operacional líquida

	2024	**2023**
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	**6.128**	-
Venda de energia elétrica – partes relacionadas (Nota 18)	**18.831**	19.643
Resultado com MRE/CCEE (*)	**34**	785
	24.993	20.428
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	**(120)**	(79)
COFINS	**(552)**	(365)
	(672)	(444)
Receita operacional líquida	**24.321**	19.984

15. Custos de geração de energia e despesa gerais e administrativas

	2024	2023
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas (Nota 18)	**(926)**	(3.002)
Royalties ANEEL	**(3.909)**	(3.464)
	(4.835)	(6.466)
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	**(2)**	-
Serviços de terceiros	**(109)**	(16)
Seguros	**(342)**	(412)
Pessoal	**(6)**	(3)
Depreciação	**(10.917)**	(8.259)
Promoção e publicidade	**(14)**	(14)
MRE/CCEE	**(2.691)**	(330)
Outros	**(214)**	-
	(14.296)	(9.034)
Total do custo de geração de energia	**(19.130)**	(15.500)
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	**(126)**	-
Serviços de administração – partes relacionadas (Nota 18)	**(388)**	(315)
Total das despesas gerais e administrativas	**(514)**	(315)

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

16. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**1.911**	2.471
Total	**1.911**	2.471
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (Nota 10)	**(7.308)**	(4.601)
Juros sobre o passivo de arrendamento (Nota 8)	**(296)**	(306)
Despesas com letras de crédito	**(628)**	(470)
Multas e encargos sobre empréstimos	**(116)**	(6)
Tarifa bancária	**(20)**	(47)
Atualização provisão para desmobilização (Nota 11)	**(147)**	(102)
Resultado com operações de trading - Despesa	**(8)**	(40)
Total	**(8.523)**	(5.572)
Total do resultado financeiro	**(6.612)**	(3.101)

17. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Corrente		
Imposto de renda	**(953)**	(1.003)
Contribuição social	**(442)**	(443)
Total com despesas de impostos	**(1.395)**	(1.446)

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Faturamento (fornecimento de energia)	**24.992**	**24.992**	20.427	20.427
	24.992	**24.992**	24.992	24.992
% para base de cálculo	**8%**	**12%**	8%	12%
Base de cálculo	**1.999**	**2.999**	1.634	2.451
Receitas financeiras	**1.910**	**1.910**	2.471	2.471
Demais receitas			2	2
Base de cálculo total	**3.909**	**4.909**	4.107	4.924
% do imposto (*)	**25%**	**9%**	25%	9%
	(977)	**(442)**	(1.027)	(443)
Outros	**24**		24	-
TOTAL	**(953)**	**(442)**	(1.003)	(443)

(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social.

18. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativo			
Contas a receber			
Alex I Energia SPE S.A.	(a)	**73**	-
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	**35**	-
Liga de alumínio S.A. - LIASA	(a)	**2.118**	2.018
	Nota 5	**2.611**	2.018
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(b)	**107**	62
Rio Casca Energética S.A.	(b)	**-**	9
Janaúba Holding S.A.	(b)	**213**	-
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(b)	**3**	-
Liga de alumínio S.A. - LIASA	(b)	**350**	-
	Nota 9	**673**	71
Receita			
Venda de energia			
Liga de alumínio S.A. - LIASA	(c)	**18.831**	19.643
	Nota 14	**18.831**	19.643
Custo			
Compra de energia			
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	(218)
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	(217)
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(d)	**(28)**	(321)
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	(103)
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(d)	**(150)**	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	(619)
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(d)	**-**	(483)
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(d)	**(142)**	(619)
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(d)	**(606)**	(422)
	Nota 15	**(926)**	(3.002)
Serviços de ADM - Despesa			
Elera Renováveis S.A.	(e)	**(388)**	(315)
	Nota 15	**(388)**	(315)

18. Transações com partes relacionadas—Continuação

a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
c) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
d) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo e
e) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as entidades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

19. Seguros

Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 121.797 para os bens vinculados à autorização. Com vigência de 22 de junho de 2024 até 30 de setembro de 2025.

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024			**2023**		
Ativos financeiros	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Caixa e depósitos bancários	**276**	**-**	**276**	1.931	-	1.931
Aplicações financieras	**-**	**16.448**	**16.448**	-	12.321	12.321
Contas a receber	**2.896**	**-**	**2.896**	2.217	-	2.217
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	**-**	**2.433**	**2.433**	-	2.390	2.390
	3.172	**18.881**	**22.053**	4.418	14.711	18.859

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024			2023		
Passivos financeiros	**Custo Amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo Amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Contas a pagar	**7.194**	**-**	**7.194**	7.393	-	7.393
Empréstimos e financiamentos	**80.880**	**-**	**80.880**	81.112	-	81.112
Passivo de arrendamento	**4.183**		**4.183**	4.269		4.269
	92.257	**-**	**92.257**	92.774	-	92.774

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

20. **Instrumentos financeiros**--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

20. **Instrumentos financeiros**--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de geração*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Sociedade.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Sociedade deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

20. **Instrumentos financeiros**--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iv) *Risco de geração* - Continuação

Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, a Sociedade deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo

v) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica. A Lei Federal n° 13.360/2016, ao alterar a Lei n° 9.427/1996, em seu § 1° - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante o exercício de 2024 e 2023, a Sociedade não negociou instrumentos financeiros derivativos.